

ATA NÚMERO 16/XIII (1.ª) SL
16 de fevereiro de 2016 – 15h00

Aos dezasseis dias do mês de fevereiro de 2016, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação e Ciência, na Sala 10, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata

- Ata da reunião de 09 de fevereiro

3. Comunicações do Presidente

4. [Petição n.º 32/XIII \(1.ª\)](#), da iniciativa da FENPROF - Um regime de aposentação justo para os docentes – 15h00

- Audição dos peticionários
- Deputada relatora da petição: Maria Germana Rocha - PSD

5. Audiência ao Sindicato Nacional do Ensino Superior para apresentação das preocupações e propostas para o ensino superior e ciência no âmbito do Orçamento do Estado para 2016 – 16h

6. [Proposta de lei n.º 11/XIII \(1.ª\)](#), Governo - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2016

- Apreciação e votação do parecer
- Deputada autora do parecer: Susana Amador - PS

7. [Proposta de lei n.º 12/XIII \(1.ª\)](#), Governo - Aprova o Orçamento do Estado para 2016

- Apreciação e votação do parecer
- Deputada autora do parecer: Ana Rita Bessa – CDS-PP

8. [Projeto de resolução n.º 68/XIII \(1.ª\), do BE](#) - Uniformização da aplicação do regime especial de aposentação para educadores de infância e professores do 1.º ciclo do ensino básico do ensino público em regime de monodocência que concluíram o magistério primário e de educação de infância em 1975 e 1976

9. Data da próxima reunião

A fixar

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

Tendo sido recebida no próprio dia a redação final do [Projeto de resolução n.º 21/XIII/1.ª, BE](#), *Recomenda ao Governo medidas sobre praxes académicas*, do [Projeto de resolução n.º 122/XIII/1.ª, CDS-PP](#) - *Recomenda ao Governo o reforço de medidas sobre a praxe académica* e do [Projeto de resolução n.º 124/XIII/1.ª, PS](#) - *Recomenda ao Governo medidas no âmbito praxes académicas*, foi consensualizado apreciá-la no início da reunião.

A proposta de Ordem do Dia, com a inclusão da redação final acima referida, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Proposta de redação final com texto de fusão de

[Projeto de resolução n.º 21/XIII/1.ª, BE](#) - *Recomenda ao Governo medidas sobre praxes académicas*

[Projeto de resolução n.º 122/XIII/1.ª, CDS-PP](#) - *Recomenda ao Governo o reforço de medidas sobre a praxe académica*

[Projeto de resolução n.º 124/XIII/1.ª, PS](#) - *Recomenda ao Governo medidas no âmbito praxes académicas*

A proposta de redação final, com um texto de fusão dos 3 Projetos de Resolução, em que foi introduzida uma alteração pela Comissão, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3. Aprovação da ata

A ata da reunião de 9 de fevereiro foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

4. Comunicações do Presidente

4.1. Baixa de iniciativas legislativas

O Presidente deu conta de que tinham baixado à Comissão os projetos de lei abaixo referidos, que eram distribuídos aos Grupos Parlamentares referenciados, tendo o Deputado Luís Monteiro (BE) sido indicado para relator do parecer do Projeto de Lei n.º 128/XIII. Os coordenadores do PSD e do PS informaram que indicariam posteriormente os Deputados relatores.

Projeto de lei	126	Estabelece um regime transitório de isenção de propinas no ensino superior público	Baixa comissão para discussão	2016-02-10	Autor PCP	Relator PSD
Projeto de lei	127	Congelamento do valor da propina do Ensino Superior Público	Baixa comissão para discussão	2016-02-10	Autor PCP	Relator PS
Projeto de lei	128	Determina como única consequência pelo incumprimento do pagamento da propina o não reconhecimento do ato académico	Baixa comissão para discussão	2016-02-10	Autor PCP	Relator BE
Projeto de lei	130	Estabelece um regime de suficiência do formato digital para a entrega de trabalhos, teses e dissertações	Baixa comissão para discussão	2016-02-12	Autor PCP	Relator PSD
Projeto de lei	131	Regime jurídico da contratação do pessoal de investigação científica em formação	Baixa comissão para discussão	2016-02-12	Autor PCP	Relator PS

Foi ainda consensualizado dar sequência à tramitação do processo após o término dos trabalhos de discussão e votação do Orçamento do Estado, tendo-se fixado que a apresentação das iniciativas pelo autor ficava agendada para 22 de março e a apreciação dos pareceres para 5 de abril.

4.2. Retirada de Projeto de Resolução do BE

Informou depois que o Grupo Parlamentar do BE tinha comunicado a retirada do [projeto de resolução n.º 102/XIII \(1.ª\)](#), *Publicação de despacho que regule a certificação de competências avançadas em tecnologias da informação e comunicação (TIC) na educação*.

4.3. Apreciação na especialidade

Indicou ainda que tinha terminado o prazo de recolha de contributos em relação aos projetos de lei abaixo referidos, tendo havido pronúncia de várias entidades e não do Ministro da Educação.

De seguida, foi aprovado o seguinte calendário de apreciação na especialidade, a decorrer após o término da discussão e votação final do Orçamento do Estado:

1. **Apresentação de propostas de alteração pelos GP:** até 22 março (3.ª feira da semana da Páscoa)
2. **Distribuição do mapa comparativo:** 23 de março (4.ª feira da semana da Páscoa)
3. **Votação na especialidade na reunião da Comissão:** 29 março (3.ª feira após a Páscoa)

Projeto de Lei	46	XIII	1	<u>Estabelece os requisitos para o acesso à profissão docente e garante a anulação dos efeitos da Prova de Avaliação de Capacidades e Conhecimentos</u>	Baixa comissão especialidade	2015-12-11	PCP
Projeto de Lei	38	XIII	1	<u>Revogação da Prova de Avaliação de Conhecimentos e Competências - PACC</u>	Baixa comissão especialidade	2015-12-11	BE

4.4.Regulamentação das leis

Tendo sido distribuída a informação sobre as leis não regulamentadas (total ou parcialmente), bem como sobre a não avaliação da aplicação da Lei n.º [62/2007, de 10 de setembro](#), Regime jurídico das instituições de ensino superior, foi consensualizado solicitar ao Governo que se pronuncie sobre a falta de regulamentação/avaliação da aplicação, nomeadamente, indicando se a necessidade da mesma se mantém e qual a data/prazo em que preveem concretizá-la.

4.5.Audiência conjunta de entidades sobre contratos de associação

O Presidente da Comissão informou que a audiência conjunta das várias entidades sobre contratos de associação seria feita no dia 17 de fevereiro, às 16h, no auditório da Casa Amarela, referindo que a mesma seria presidida por si e aberta a todos os Deputados da Comissão, tendo pedido a indicação de um representante de cada Grupo Parlamentar. Nesta sequência, os Coordenadores dos Grupos Parlamentares indicaram os Deputados dos mesmos que os representariam na reunião.

4.6. Próxima reunião da Comissão

O presidente informou depois que a Conferência de Líderes tinha equacionado que as reuniões das Comissões durante a apreciação na especialidade do Orçamento do Estado (OE) só tivessem lugar para conclusão de processo legislativo e matérias urgentes, tendo-se consensualizado não realizar reuniões nesse período, fora das situações referidas, mas tão só após a votação final do mesmo, em 16 de março, em data a fixar.

Lembrou ainda que teriam lugar no dia 29 de fevereiro a audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (10h) e do Ministro Educação (15h, com a presença da 12.ª Comissão, para tratar as temáticas da Juventude e do Desporto).

4.7. Relatórios de audiências

Colocados à consideração da Comissão, não foram propostas quaisquer alterações aos relatórios das audiências aos representantes duma Rede de Projetos Educativos Inovadores, da Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP), de investigadores universitários sobre preservação de património subaquático da época dos Descobrimentos, existente ao largo de Moçambique e da Sociedade Portuguesa de Hipertensão, tendo sido aprovados.

5. [Petição n.º 32/XIII \(1.ª\)](#), da iniciativa da FENPROF - Um regime de aposentação justo para os docentes – 15h00

Após o acolhimento pelo Presidente da Comissão, a delegação da Federação Nacional dos Professores (FENPROF), constituída pelos Professores João Louceiro, Manuel Micaelo, Manuel Nobre, António Avelãs e António Anes, agradeceu a presença do Presidente e dos Deputados na Conferência “O stress na profissão docente”, que tinha decorrido nas instalações da Assembleia da República.

Realçaram depois a concordância das entidades ouvidas no âmbito da petição em relação ao regime de aposentação específico que propunham na petição e salientaram o desgaste particular da profissão docente, relacionado com a forte dimensão relacional da mesma, a exposição pública e a exigência de resultados, já existente em condições normais e que as medidas recentes tinham agravado.

Defenderam que um regime justo de aposentação é uma necessidade para proteger os professores e evitar prejuízos para os alunos e que a petição tem por base estudos existentes, nacionais e internacionais. Concretizaram depois o regime proposto, que inclui a aposentação com 36 anos de serviço, um regime imediato e transitório de aposentação voluntária de todos os que tenham 40 anos de serviço e durante este a possibilidade de aposentação antecipada dos docentes sem penalizações e ainda a alteração do artigo [37.º-A do Estatuto da](#)

Aposentação, para permitir a aposentação antecipada dos docentes a partir dos 30 anos de serviço, independentemente da idade.

Interveio depois a Deputada Maria Germana Rocha (PSD), relatora da petição, referindo que a petição é clara, sendo o regime especial solicitado resultante do desgaste na profissão e indicando que os regimes transitórios que têm vindo a ser aplicados têm criado desigualdades, pedindo a posição sobre esta questão.

Referiu depois que o Ministro da Educação, quando questionado sobre a matéria, tinha informado que a mesma estava em estudo e perguntou se tinham colocado a questão ao Ministro da Segurança Social.

A Deputada Susana Amador (PS) referiu que o desgaste é reconhecido, estrutural, tinha sido claramente equacionado na conferência referida e estava suportado por estudos. Informou depois que o PS é adepto da modificação do regime integrada no âmbito da alteração do Estatuto da Carreira Docente.

A Deputada Joana Mortágua (BE) referiu que o BE acompanha as preocupações manifestadas, defende genericamente a reforma aos 40 anos de serviço, reconhece o desgaste acrescido da profissão docente e que a não aposentação lesa os alunos.

Perguntou depois se outras medidas, como o fim da requalificação, a precariedade, os exames, o número de alunos por turma, a falta de recursos, não influenciavam o desgaste e que outras medidas entendiam que podiam ser tomadas para dignificar o ensino e a profissão.

O Deputado Abel Baptista (CDS-PP) defendeu o tratamento da aposentação em conjunto e na globalidade para todas as profissões, embora com especificidades, questionou se defendiam uma diferenciação para os docentes da educação pré-escolar e do 1.º ciclo em regime de monodocência, em que o Estatuto da Carreira Docente já defendeu um regime especial, e perguntou qual a idade mínima que defendiam para a aposentação.

O Deputado Miguel Tiago (PCP) referiu que o PCP concorda com a petição, defendendo a suficiência de 40 anos de serviço para aposentação, em todas as áreas. Referiu ainda que se justifica o pedido da FENPROF, pelo desgaste da profissão e pelas medidas políticas que têm vindo a ser tomadas.

Na sequência das questões colocadas e das observações feitas, os representantes da FENPROF (que entretanto entregaram mais assinaturas da petição) solicitaram urgência na resolução do problema, realçando que o quadro de exaustão dos professores existe e necessita de solução célere, sendo a questão incontornável. Informaram ainda que não têm resposta do Ministério da Educação sobre a matéria, não obstante a questão já tenha sido colocada.

Concordaram com a existência de desigualdades resultantes de regimes transitórios e reiteraram a necessidade da imperativa resolução da aposentação dos docentes, em relação a todos os níveis de ensino. Indicaram que o desgaste é intrínseco à profissão e não decorre das medidas tomadas, mas é agravado por elas. Defenderam a idade mínima de aposentação de harmonia com a carreira contributiva.

Registaram que o PS integrará a matéria na revisão do Estatuto da Carreira Docente e solicitaram que o regime transitório, para quem tem 40 anos de serviço, avançasse já. Por último, reconheceram que os docentes da educação pré-escolar e do 1.º ciclo não tinham redução do horário de trabalho e detinham carreiras longas, devendo a matéria ser sujeita a ponderação.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão, na internet](#).

6. Audiência ao Sindicato Nacional do Ensino Superior para apresentação das preocupações e propostas para o ensino superior e ciência no âmbito do Orçamento do Estado para 2016 – 16h

Os Representantes do Sindicato Nacional do Ensino Superior, Gonçalo Leite Velho e Raul Santos Jorge, transmitiram as suas preocupações relativamente a um conjunto de intenções vertidas na proposta de lei n.º 12/XIII (1.ª) — Aprova o Orçamento do Estado para 2016 — que poderão afetar negativamente o ensino superior e a ciência em Portugal, apresentando, para esse efeito, cinco propostas de alteração (que constam de um documento entregue à Comissão e que pode ser consultado na [página da Comissão, na internet](#)).

Referiram que a primeira é um aditamento ao artigo 17.º, propondo uma alteração ao n.º 22 do artigo 39.º da Lei n.º 82-B/2014, e tem a ver com uma situação que se arrasta desde 2014, mas que, apesar de ter um forte impacto na vida das instituições, não envolve qualquer encargo, e respeita à transição dos assistentes estagiários para a categoria de assistentes e dos assistentes e assistentes convidados para a categoria de professor auxiliar.

A segunda é um aditamento ao artigo 17.º, em que se propõe a inclusão de um novo n.º 23 ao artigo 39.º da Lei n.º 82-B/2014, e prende-se com um dos problemas mais graves do ensino superior em Portugal, o pagamento das agregações. A este propósito sublinharam que os desequilíbrios financeiros existentes nas instituições de ensino superior não se devem a problemas de gestão mas, sim, ao seu subfinanciamento e se o país quer apoiar e ter uma rede de ensino superior de qualidade tem de dar um sinal político em relação a esta matéria e proceder à devida alteração remuneratória.

A terceira e quarta alteração têm a ver com o n.º 1 do artigo 23.º e com a necessidade de contratação de novos docentes e investigadores, e com a eliminação do seu n.º 3.

Por fim, a quinta proposta prende-se com a forma de contratação de doutorados para que estes passem a ter vínculos estáveis, propondo que o n.º 2 do artigo 24.º passe a ter a seguinte redação:

«Para efeitos da contratação de doutorados prevista no número anterior, as instituições públicas do SCTN celebram contratos de trabalho em funções públicas **por tempo indeterminado**, sem dependência de parecer dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública.»

Em Portugal existem 800 a 1000 contratados pelo Programa Ciência, alguns dos quais há mais de 15 anos com vínculo precário. A fuga de talentos mais qualificados tem exatamente a ver com as condições de trabalho que o nosso país oferece e daí a necessidade de alterar este estado de coisas, dando-lhes condições de trabalho dignas para que passe a existir um emprego científico de qualidade.

A Senhora Deputada Margarida Mano (PSD) referiu-se à importância do documento entregue aos Deputados pelo Sindicato, na medida em que se foca alguns dos aspetos muito concretos do Orçamento do Estado que requerem um diálogo com outros parceiros, designadamente naquilo que tem a ver com as agregações e a precaridade do emprego científico.

De seguida, abordou as dificuldades financeiras de algumas instituições e o facto de as mesmas se localizarem em zonas periféricas, sendo que este problema das assimetrias geográficas assume extrema relevância não só ao nível do ensino superior mas também do País em geral.

O Senhor Deputado André Pinotes (PS) disse que o aumento global da verba do Orçamento do Estado, não sendo exatamente aquilo que se desejaria, era já um primeiro sinal positivo e revelador da mudança a operar.

Quanto à precaridade, sublinhou que a verba prevista para o fundo de ação social, não respondendo a todas as necessidades existentes, revelava já uma preocupação com a dignidade do trabalho científico; em relação à agregação, disse que em sede de especialidade talvez seja possível encontrar uma solução que mereça o consenso de todas as partes.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) concordou com a leitura feita pelo Sindicato, salientando haver no Orçamento do Estado um sinal positivo quanto ao fim dos congelamentos e à estabilidade do corpo docente e de investigação, sendo que a precaridade existente é o eixo central de todas as preocupações. Em relação aos contratos a termo, disse ser urgente recuperar estabilidade para que o País possa investir na ciência e ter um ensino superior de qualidade e com perspetivas de futuro.

Perguntou também aos representantes do Sindicato se consideravam positivo o facto de o ensino superior recorrer a receitas próprias não só para fins de investimento ou de projetos especiais mas também para pagamento de salários ou se, pelo contrário, essa tendência poderia criar uma pressão enorme no corpo docente e nas universidades.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) sublinhou ter tomado boa nota dos contributos dados, que irão permitir fazer uma análise profunda e mais detalhada das matérias na discussão na especialidade, e que o Grupo Parlamentar do CDS-PP ainda ia analisar com algum detalhe o impacto efetivo de algumas dessas medidas.

A Senhora Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) referiu que o contributo dado pelo Sindicato era muito positivo para a discussão que se vai travar sobre estas matérias na especialidade, designadamente naquilo que tem a ver com a precaridade.

O Sindicato respondeu no fim a todos os Senhores Deputados, reiterando que um dos problemas mais graves respeitava ao pagamento das agregações e que as consequências da sua não resolução podiam ser muito graves.

A gravação da audiência está disponível na [página da Comissão, na internet](#).

7. Proposta de lei n.º 11/XIII (1.ª), Governo - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2016

A Senhora Deputada Susana Amador (PS) fez a apresentação do parecer que se encontra disponível na respetiva iniciativa, após o que usaram da palavra as Senhoras Deputadas Nilza de Sena (PSD), Joana Mortágua (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Ana Virgínia Pereira (PCP), que manifestaram o seu acordo com o parecer aprovado.

Uma vez submetido à votação, o parecer foi aprovado por unanimidade.

8. Proposta de lei n.º 12/XIII (1.ª), Governo - Aprova o Orçamento do Estado para 2016

Usou da palavra a Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) para fazer a apresentação do parecer que se encontra disponível na página da iniciativa, após o que usaram da palavra as Senhoras Deputadas Susana Amador (PS), Nilza de Sena (PSD), Joana Mortágua (BE) e Ana Virgínia Pereira (PCP), que manifestaram a sua concordância com o parecer aprovado.

Uma vez submetido à votação, o parecer foi aprovado por unanimidade.

9. Projeto de resolução n.º 68/XIII (1.ª), do BE - Uniformização da aplicação do regime especial de aposentação para educadores de infância e professores do 1.º ciclo do ensino básico do ensino público em regime de monodocência que concluíram o magistério primário e de educação de infância em 1975 e 1976

A pedido do Grupo Parlamentar do BE, a discussão deste ponto ficou adiada para a próxima reunião da Comissão.

10. Data da próxima reunião

A fixar posteriormente.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17 horas.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Alexandre Quintanilha)

A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de ... de março de 2016.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Alexandre Quintanilha
Amadeu Soares Albergaria
Ana Rita Bessa
André Pinotes Batista
Emília Santos
Joana Mortágua
João Torres
Laura Monteiro Magalhães
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Sandra Pontedeira
Susana Amador
António Eusébio
Cristóvão Crespo
José Cesário
Margarida Balseiro Lopes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Maria Manuela Tender
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Porfírio Silva